



RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 003/2024-PGJ

Dispões sobre orientação aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso com atribuição na defesa do Meio Ambiente, para celebração de acordos que envolvam a indenização pecuniária de danos ambientais decorrentes de desmatamentos.

○ **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO** e o **CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 416, de 22 de dezembro de 2010, especialmente em seus arts. 16, IX, e 37, VIII;

CONSIDERANDO que a solução consensual dos conflitos é altamente estimulada pelo ordenamento jurídico pátrio (CPC, art. 3º, § 3º, c.c. arts. 165 e seguintes) e pelos Conselhos Nacionais de Justiça (Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010) e do Ministério Público (Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014);

RESOLVEM:

Art. 1º Esta recomendação dispõe sobre orientação aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso com atribuição na defesa do Meio Ambiente, para celebração de acordos que envolvam a indenização pecuniária de danos ambientais decorrentes de desmatamentos.

Art. 2º Nos casos em que o ilícito ambiental decorrente de desmatamento resulte em dano indenizável, recomenda-se, para apuração do valor correspondente a ser pactuado, a aplicação dos descontos previstos na legislação para a prática das infrações administrativas de natureza ambiental, desde que seja estabelecida:



I – a indispensável recuperação ambiental “*in sito*” ou “*ex sito*”, quando for o caso;

II – a efetiva regularização perante o órgão ambiental;

III – a quitação da multa administrativa correspondente;

IV – o cumprimento de outras exigências que forem indicadas no acordo.

Art. 3º Considera-se dano ambiental não indenizável, para aplicação da presente recomendação conjunta, os desmatamentos que preencherem os seguintes requisitos concomitantemente:

I – realizados em área passível de conversão; e

II – realizados sem prévia autorização do órgão ambiental competente.

§ 1º Verificado o preenchimento concomitante dos requisitos dispostos no *caput*, dispensa-se o de pagamento em pecúnia ou equivalente apenas se for pactuada efetiva regularização ambiental, o pagamento da multa administrativa correspondente e o cumprimento da reposição florestal.

§ 2º No caso do *caput*, poderá ser utilizado o Relatório de Valoração de Dano Ambiental ou outra forma de valoração para prefixação de penas e danos caso haja descumprimento total ou parcial do acordo celebrado.

Art. 3º Esta recomendação conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá/MT, 08 de março de 2024.

DEOSDETE CRUZ JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

JOÃO AUGUSTO VERAS GADELHA
Corregedor-Geral do MPMT